

A demonização do livro didático: a desvalorização da historiografia didática pautada na tradição escolar

Virgínia da Silva Xavier

FURG

virginia025@hotmail.com

RESUMO: O interesse de utilizar o livro didático como fonte primária se consolidou porque, como mencionado por Circe Maria Bittencourt, é um objeto multifacetado, promovendo inúmeros debates, já que ele atende interesses de mercado, ideológicos e culturais. Possivelmente, por ser distribuído gratuitamente às escolas públicas, o livro didático será a única leitura acessível para a grande maioria dos brasileiros. Essa pesquisa tem por objetivo desvelar o pensamento preconceituoso de que a historiografia didática é deficitária e limitada, por isso utilizamos diferentes livros didáticos de História para encontrarmos diferentes objetos de pesquisa. As novas correntes teóricas oportunizaram que outras vozes fossem ouvidas através dessa historiografia e não somente os grandes nomes ou marcos da História, dessa forma a história das minorias, das sociedades, dos oprimidos passou a ter espaço também nos livros didáticos que como bem aponta esse artigo, no período do Estado Novo o governo tinha o propósito principal em fiscalizar a da nacionalização do livro afim de criar uma identidade para o Brasil. Assim como no período da ditadura civil-militar os livros didáticos eram utilizados como dispositivos pedagógicos disciplinar somados a estratégias de vigilância e controle sobre a educação brasileira. Segundo André Mendes Salles ao discorrer sobre diferentes vertentes teóricas, o Marxismo aparece como a primeira grande etapa hegemônica da historiografia ocidental, mais tarde a História Cultural. Com isso, não só as produções acadêmicas, mas também as produções didáticas de História passaram a fazer parte da lista de renovações da historiografia internacional.

Palavras-chave: historiografia; vertente teórica, livro didático; objeto de pesquisa; revolução Francesa

RESUMEN: El interés de utilizar el libro didáctico como fuente primaria se consolidó porque, según lo mencionado por Circe Maria Bittencourt, es un objeto multifacético, promoviendo innumerables debates, ya que él atiende intereses de mercado, ideológicos y culturales. Posiblemente, por ser distribuido gratuitamente las escuelas públicas, el libro didáctico será la única lectura accesible para la gran mayoría de los brasileños. Esta investigación tiene por objetivo desvelar el pensamiento preconcebido de que la historiografía didáctica es deficitaria y utilizamos diferentes libros didácticos de Historia para encontrar diferentes objetos de investigación. Las nuevas corrientes teóricas oportunizaron que otras voces fueran escuchadas a través de la historiografía y no sólo los grandes nombres o marcos de la Historia, de esa forma la historia de las minorías, de las sociedades, de los oprimidos pasó a tener espacio también en los libros didácticos que como bien apunta ese en el período del Estado Nuevo el gobierno tenía el propósito principal en fiscalizar la de la

nacionalización del libro a fin de crear una identidad para Brasil. Así como en el período de la dictadura civil-militar los libros didácticos eran utilizados como dispositivos pedagógicos disciplinarios sumados a estrategias de vigilancia y control sobre la educación brasileña. Según André Mendes Salles al discurrir sobre diferentes vertientes teóricas, el Marxismo aparece como la primera gran etapa hegemónica de la historiografía occidental, más tarde la Historia Cultural. Con eso, no sólo las producciones académicas, sino también las producciones didácticas de Historia, pasaron a formar parte de la lista de renovaciones de la historiografía internacional.

Palabras clave: historiografía; aspecto teórico, libro de texto; objeto de investigación; Revolución francesa

ABSTRACT: The interest of using the textbook as a primary source was consolidated because, as mentioned by Circe Maria Bittencourt, it is a multifaceted object, promoting numerous debates, since it serves market, ideological and cultural interests. Possibly, because public schools are distributed free of charge, the textbook will be the only accessible reading for the vast majority of Brazilians. This research aims at revealing the prejudiced thinking that the didactic historiography is deficient and we use different didactic books of History to find different objects of research. The new theoretical trends made it possible for other voices to be heard through historiography and not only the great names or milestones of history, in this way the history of minorities, societies and oppressed has also taken on space in didactic books which, as well article, in the Estado Novo period the government had the main purpose of supervising the nationalization of the book in order to create an identity for Brazil. Just as in the period of the civil-military dictatorship, textbooks were used as disciplinary pedagogical devices coupled with surveillance and control strategies on Brazilian education. According to André Mendes Salles when discussing different theoretical aspects, Marxism appears as the first great hegemonic stage of Western historiography, later Cultural History. With this, not only the academic productions, but also didactic productions of History, became part of the list of renewals of international historiography.

Keywords: historiography; theoretical aspect, textbook; object of research; French Revolution

O presente artigo tem por finalidade demonstrar a relevância do livro didático de história como uma leitura historiográfica utilizada para pesquisa, contrariando o pensamento comum de que a historiografia didática é limitada e conservadora. Este trabalho foi fruto de quatro anos de pesquisa junto ao LABEC (Laboratório de ...colocar nota de rodapé) coordenado pela professora doutora Júlia Silveira Matos, onde conta com um acervo de cerca de 1.300 livros didáticos. A pesquisa está amparada ao pensamento do teórico Jörn Rüsen ao afirmar que o livro didático é o guia mais importante da aula de história e é a partir dele que se deve favorecer a aprendizagem histórica.

Pensar no livro didático de História no Brasil leva a traçar uma breve trajetória histórica ao qual percorre a disciplina de História em nossos dias e que teve seu início como bem aponta Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli na França no contexto das transformações revolucionárias no século XVIII. Se a Revolução Francesa é considerada um marco historiográfico, pois pontua a mudança da História Moderna para Contemporânea com a aparição da burguesia no cenário político, essa mesma burguesia interage também no processo de transformação da História em disciplina ensinável, através de uma educação pública, gratuita, leiga e obrigatória.

No Brasil, a disciplina de História surge juntamente com o colégio D. Pedro II e por seu pioneirismo, os conteúdos ministrados no Brasil estavam impregnados por tendências europeias, já que os livros utilizados eram importados da própria Europa. Essa premissa explica também porque até poucos anos atrás alguns docentes se utilizavam e até hoje ainda se utilizam a da “pedagogia do questionário”, pois os livros europeus no século XVI eram produzidos com perguntas e respostas inseridas. A partir de então, se formou culturalmente a prática da reprodução. Dessa forma, a implementação do colégio D. Pedro II se manifestou como um espaço intelectual capaz de formar um patriotismo brasileiro. Segundo a autora Michele Borges Martins a respeito da necessidade da formação de uma identidade nacional

A referência sobre uma historiografia que trata a brasilidade de forma homogênea nos faz perceber que a identidade brasileira foi construída em detrimento de outras (...) esse projeto de criação de um perfil para a Nação não rompeu com a ideia de missão civilizadora disseminada em nossa colonização por parte dos portugueses. (MARTINS, 2015; p 58)

Como apontou a autora, mesmo com a necessidade de uma renovação teórica e metodológica no ensino para assumir suas características próprias, o ensino ainda estava impregnado de resquícios do modelo europeu que ainda permaneceram ou foram silenciados por não se encaixarem no modelo civilizador, como é o caso dos negros e índios que ficaram as margens da historiografia brasileira.

A autora Ana Cláudia Urban aponta no livro “Didática da História: contribuição para a formação de professores” autores no período de 1917 a 1963 como Jonatas Serrano por exemplo, que se preocuparam em produzir manuais didáticos de história para nortear o ensino de história no Brasil.

Os livros didáticos que, no período do Estado Novo, eram vigiados pelo Estado para assegurar que os conteúdos apresentados não denegrissem a imagem do país ou de seus governantes. Nesse momento da história, havia preocupação com a construção de uma identidade nacional. No mesmo viés, no período de Ditadura Militar, as preocupações eram de cunho ideológico, marcados pela censura e a ausência de liberdade democrática. Já no período de 1985, correspondente ao período de redemocratização brasileira, o governo federal cria um programa nomeado

de PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) que posteriormente ficou responsável pela fiscalização e distribuição gratuita de livros didáticos destinados a rede básica de ensino por todo o país e foi aperfeiçoado ao longo dos tempos, como por exemplo, a expansão da distribuição para o ensino médio em 2002.

Segundo os dados no INEP, revelaram que em 2012 o livro didático era o segundo livro mais lido no Brasil perdendo somente para a Bíblia. Isso justifica a tese de que, por muitas vezes, o livro didático é a única leitura que entra na casa de milhares de brasileiros. O governo oferece maciços investimentos ao PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), somente no ano de 2015 foram distribuídos cerca de 137 milhões de livros didáticos nas cinco regiões do Brasil. Discordo da afirmação de que o livro didático seja um vilão, esta é uma visão culturalmente construída já que é esperado que ele sirva de modelo curricular de uma disciplina, mas ele nem sempre atende as necessidades de um professor. Vale lembrar que, além de uma mercadoria, o livro didático é um produto ideológico e cultural. Mercadoria, pois como já mencionado, o livro se adapta aos padrões exigidos pelo mercado, ideológico porque ele é repleto de pontos de vistas diferenciando-se de autor para autor e até mesmo distancia-se do próprio leitor e cultural já que o Brasil é um mosaico de culturas, é imprescindível que nem sempre o que está veiculado no livro acompanhe determina região na qual está sendo utilizado. É por essas séries de questões que as pesquisas sobre o livro didático revelam que, com o passar dos anos, as modificações ocorridas nesse material através das exigências dos editais, sejam de cunho mercadológicos, culturais e ideológicos contribuíram para uma melhor apresentação dos conteúdos já que os livros precisam seguir determinadas norma de seleção. Como menciona a autora Vitória Rodrigues e Silva

Os editais para a participação no PNLD são bastante técnicos e detalhados. Uma infinidade de disposições, exigências e determinações são feitas, relativas a diversos âmbitos: administrativo, jurídico, comercial, editorial especialmente os aspectos físicos das obras e conteúdo (SILVA, 2011, p 03).

Além disso, também nos últimos editais, as concepções teórico-metodológicas ganharam maior relevância obrigando que alterassem a visão ou a concepção de História atribuída na escola. Isso mostra que as transformações ocorridas nos editais são mais do que ampliações na lista de critérios, mas essas atitudes manifestam a renovação do ensino de História, ao desprezar a mera transmissão de conhecimento quando atribuí ao discente uma postura crítica reflexiva ao oferecer condições para o desenvolvimento de uma consciência histórica e conseqüentemente, a busca pelo livro didático ideal. Também devido ao surgimento de diferentes movimentos sociais que fizeram emergir questões antes silenciadas nas escolas brasileiras, como por exemplo, as relações de gênero, a cultura indígena e a cultura afro brasileira. Devido a tradição escolar, o livro didático deveria fornecer total sustentação às aulas, o que é impossível, já que ele não fornece todo o saber, ele precisa ser visto como mais um dos inúmeros recursos de ensino-aprendizagem.

Após a triagem por meio dos editais uma equipe de avaliadores trabalha a cada triênio para que esse material chegue até as escolas com qualidade. E para um livro adentrar no mercado editorial ele precisa passar por uma série de exigências inclusas no edital que se modifica minimamente a cada triênio até o que o livro possa ser incluído no guia do livro didático. Critérios como número de páginas, tipo de capa, análise nas imagens presentes no livro condizentes com o texto estão presentes

nesses editais. Como aluna, não utilizei muito o livro didático, já que foram distribuídos para escolas públicas em 1996 e concluí o ensino fundamental em 1998 e o PNLD passou a contemplar o ensino médio em 2005 e eu já havia concluído essa etapa. Mas o utilizo muito para auxiliar a construir os meus planos aulas, não só o livro didático, mas os livros didáticos, nesse caso de História. Prezo em trabalhar com as diferentes metodologias apresentadas por cada autor, as utilizo para desenvolver a interpretação e criticidade do aluno, o que colabora para se desvencilhar da História tradicional e também do modo tradicional de ministrar aula. Reconheço que mesmo com toda a regulamentação através dos processos de produção, confecção e aquisição dessas obras, o quanto o livro se modificou ao longo dos tempos e a infinidade das multifacetadas que ele assume para tentar se tornar o livro didático ideal, isso não o exime de algumas falhas, como a supervalorização de uma determinada teoria que o professor não siga, a generalização da história ou superficialidade em alguns conteúdos, a não abordagem da história local, dentre outras deficiências. Mas como já dito nesse texto, o livro é um recurso a ser utilizado, o bom professor extrai o que há de melhor nele e faz acréscimos conforme as suas necessidades.

Em novembro de 2016 fui selecionada para ingressar no curso EAD Mídias na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) onde uma das atividades exigidas pela disciplina que estava em andamento seria selecionar uma mídia e desenvolver um trabalho prático. A mídia que trabalhei foi com a mídia impressa livro didático e justifiquei a minha escolha: Em 2012 fui bolsista em um laboratório (LABEC) no qual a finalidade era catalogar e resenhar livros didáticos de diferentes períodos e diferentes vertentes teóricas. Essa prática não só identificava as modificações que o Ensino de História sofreu ao longo dos tempos, mas também tinha por finalidade em criar um banco de dados onde professores ou futuros professores pudessem acessar e escolher o (os) livro (os) que mais se aproximassem com sua prática pedagógica. A partir desse trabalho, pude perceber que, desvelando até mesmo os meus próprios preconceitos que depositava sobre esse material, os livros didáticos se diferenciavam muito uns dos outros, pois, cada autor, que são dentre eles historiadores e professores da área, demonstravam através de sua escrita a sua visão de história e não a verdade absoluta, que nada mais é que uma utopia que se busca em uma pesquisa, já que não existe “a” história e sim “as” histórias sobre determinado acontecimento. Dessa forma, encontrei autores que enfatizaram mais sobre determinados fatos históricos do que outros, como por exemplo, a história das mulheres, ou nos grandes personagens, as lutas de classes, as sociedades e assim por diante.

Autores como Maria Margarida Dias (2011) de Oliveira e Circe Maria Bittencourt (2011) apontam que o livro didático não deve ser utilizado como único recurso didático em uma sala de aula e sim como um dos inúmeros recursos que há para a elaboração de um plano de aula. Então, na medida em que catalogava diferentes títulos de livros didáticos, percebi o quanto eles eram diferentes e que preparar uma aula a partir de diversos títulos era possível, da mesma forma, era excelente fonte de pesquisa para o discente.

Nas escolas públicas o que mais se encontra nos ambientes de pesquisa, nesse caso as bibliotecas são livros didáticos, já que se renovam a cada triênio. E se tratando do espaço destinado aos livros e leitores, a autora Andréa Berenhum em “Por uma política de formação de leitores” indica que o espaço da biblioteca está sobrecarregado de livros didáticos, segundo a autora:

De modo geral, as chamadas bibliotecas tratam-se apenas de salas ou espaços mal adaptados, mal pintados e mal iluminados, que nada têm de atrativo, além de afirmar a ideia de impossibilidade de livre escolha de obras de preferência do aluno, tanto porque os responsáveis não trabalham por essa concepção de interesse, quanto porque nas prateleiras, muitas de difícil visualização do acervo, há acúmulo de livros didáticos e de obras sem atrativo para o público das escolas de Ensino Fundamental. (BERENBLUM, 2006)

O panorama geral de como se encontram as bibliotecas levantado por Berenblum se confirma de fato quando visitei algumas bibliotecas de ensino fundamental na cidade de Rio Grande, mas também há exceções como, por exemplo, a biblioteca da escola de Ensino Fundamental Cipriano Porto Alegre onde realizei minha pesquisa sobre livro didático tanto para bacharelado quanto para a licenciatura em História totalizando um período de seis anos. Essa biblioteca se enquadra ao que Berenblum menciona quanto ao acúmulo de livros didáticos contidos nesse espaço. Mas além de livros didáticos, estavam disponíveis outros recursos riquíssimos como mapas e globos terrestres, numerais desenvolvidos em EVA, revistas e livros de diversas áreas, livros infantis e infanto-juvenis, jogos lúdicos, dicionários de língua portuguesa, inglesa e espanhola, “espaço da ciência” onde continha a réplica de um esqueleto humano. Para a área da história havia revistas, dicionários com termos medievais, livros voltados para o Ensino de História, livros direcionados para Formação de professores e o MacDaysy, ou seja, a biblioteca possui outros recursos fundamentais para uma pesquisa além do livro didático.

A escola Cipriano Porto Alegre é uma instituição que funciona desde 27 de junho de 1939 localizada na rua Comendador Henrique Pancada no município de Rio Grande, foi realocada, reformada e reinaugurada recentemente no dia 27 de junho de 2016, dia em que completara 77 anos. A atual estrutura da escola possui dois prédios com capacidade para atender mais de 700 alunos, distribuídas entre educação infantil, ensino fundamental e EJA. Na verdade, a escola continua na mesma região, deslocando-se apenas alguns metros. Ela está situada às margens da laguna dos Patos, presente no cotidiano dos alunos que frequentam a escola, já que, estes residem próximos a essa localidade.

A biblioteca mudou-se para nova escola com o mesmo acervo, mas a estrutura física totalmente nova, contemplando com cerca de 30 classes de dois tamanhos diferentes para atender alunos de estaturas diferentes, nove estantes, um computador com internet, já que a escola possui wi-fi, possui uma funcionária que não é bibliotecária por formação.

Mesmo por possuir uma estrutura nova e com essa diversidade de recursos, optei por trabalhar com o livro didático mencionado negativamente por Berenblum por entender este material como um relevante material para processo de ensino-aprendizagem.

Retornando ao trabalho que realizava no LABEC, na medida em que realizava a catalogação dos livros didáticos de História, os analisava para identificar suas características como: se o livro apresentava multidisciplinaridade, se oferecia recursos tecnológicos, qual era a visão de história (vertente teórica), se apresentava imagens, se os conteúdos eram temáticos ou cronológicos.

Vou me ater a visão de História, pois é a partir dela que se abre o leque de conhecimento acerca de determinado fato histórico. Por exemplo, um autor voltado para uma vertente de História Marxista abordará as lutas de classes, já um autor que

voltado para vertente Nova História Cultural expandirá mais os seus recursos na medida que a NHC declarou que tudo que era produzido pelo homem no seu tempo era considerado fonte. Desse modo, filmes, músicas, literaturas, jogos, a história da infância, das mulheres passaram a ser considerados objetos de estudo para os historiadores. Dessa forma, cada livro didático trará uma abordagem diferente na demonstração de determinado conteúdo, portanto, podem ser utilizados como fontes de pesquisa.

A partir da contestação que as bibliotecas são um depositário de livros didáticos somado a minha experiência que adquiri durante as catalogações em perceber as diferentes visões de História apresentadas nos livros didáticos, formulei uma atividade de pesquisa onde os estudantes deverão procurar na historiografia didática no conteúdo sobre Revolução Francesa, tema este presente nos livros didáticos de 7ª série ou 8º ano, recortes delimitados sobre esse acontecimento histórico, que são eles:

- A participação da mulher na Revolução Francesa;
- A vida cotidiana na Revolução Francesa;
- A influência do pensamento iluminista na Revolução Francesa;
- Relação da Revolução Francesa com consciência histórica.

Vale salientar que um dos déficits do livro didático é a fragmentação dos conteúdos, visto que é impossível abordar todos os dados relevantes sobre esse acontecimento em um número de páginas restrito para cada conteúdo no caso da Revolução francesa, destina-se apenas sete páginas, fato este constatado no trabalho de conclusão de curso intitulado Livro didático e a representação de Maria Antonieta de minha autoria.

Selecionei cinco diferentes títulos que enfatizassem algum dos tópicos citados acima e com isso comprovar como os livros não possuem uma historiografia didática igual, embora semelhante no contexto geral, e sim que cada autor prioriza mais um acontecimento histórico dentro do período da Revolução Francesa.

O livro História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulous Júnior está classificado na estrutura tradicional de apresentação do conteúdo. Os subtítulos se dividem em: a sociedade do Antigo Regime, a França no século XVIII, convocação dos Estados Gerais, o processo revolucionário, Assembleia Constituinte, Monarquia Constitucional, Convenção Nacional, Jacobinos no poder e diretório. O diferencial no livro de Boulous é um box que ocupa mais da metade de uma folha intitulado: Para saber mais e subtítulo: As mulheres na revolução. Dentro do box se encontra um texto de apenas cinco linhas, mas que enfatiza a participação de mulheres na Revolução Francesa e traz a gravura de um autor anônimo datada do século XVIII onde registra o momento em que um grupo de mulheres marcharam rumo ao Palácio de Versalhes para obrigar o rei Luís XVI a retornar ao Palácio das Tulherias.

A participação das mulheres na Revolução Francesa aconteceu desde o momento da Convenção Nacional¹, quanto, nas ruas compondo os exércitos ou nos bastidores. Escondendo ou não seu sexo, mulheres-soldados alistavam-se para formar os fronts revolucionários, como o caso citado por Tania Machado Morin onde a autora relata a passagem de Marie- Angélique Duchemin. Duchemin que pertenceu ao 42º Regimento de Linha e condecorada por Napoleão Bonaparte com a Cruz da Legião de Honra com o título de cavaleiro. Para a Morin, as mulheres podiam ser

¹ Assembleia encarregada de elaborar uma Constituição para a França.

aceitas por expressarem, no olhar dos oficiais e líderes políticos, um ideal de virtude: elevavam-se acima de seu sexo, na verdade era mais para auxiliar os homens em seu dever patriótico. Destacavam-se das mulheres consideradas "imorais" que queriam participar efetivamente da vida política. (MORIN, 2014)

O pequeno fragmento exposto no livro didático de Boulos Jr representado com a Marcha das mulheres rumo ao Palácio de Versalhes traz um resquício da História da Mulheres presente na Revolução Francesa e de certa forma auxilia o estudante a pensar que as mulheres também estão presentes na historiografia mundial, embora silenciadas por autores reprodutores da historiografia tradicional e excludente e questionar quem são essas mulheres e o que elas contribuíram nesse processo.

Já no livro *Estudar História* de Patrícia Ramos Braick, o conteúdo da Revolução Francesa está subdividido em: A sociedade francesa no século XVIII, a crise da monarquia, o início da Revolução, a monarquia constitucional, a república francesa, o cotidiano durante a revolução e um balanço da revolução. Embora os subtítulos do livro didático de Braick se diferenciem um pouco de Boulos, a estrutura do conteúdo escolar é a mesma com pequenas particularidades e é a partir dessas particularidades que os discentes poderão utilizar para a pesquisa. No livro de Patrícia Braick o diferencial é a ênfase dada a difusão das ideias iluministas em uma página inteira representada através de duas reproduções de fonte primária, uma é uma pintura de Jean-Baptiste Morret e Jacques-François-Joseph Swebach que representa filósofos e pensadores frequentando uma cafeteria francesa ocupando a metade da página, a segunda é uma imagem reproduzida também a partir de uma fonte primária, dessa vez em tamanho menor, de um folheto propagando ódio aos reis e um pequeno texto. Segundo a autora, as mudanças ocorridas na França também atingiram o campo das ideias e o pensamento iluminista circulava por meio de jornais e panfletos divulgando temas como liberdade e igualdade, a crítica ao poder e a defesa da razão. Foi a partir das ideias iluministas que foi elaborada a Declaração dos Homens e do Cidadão em 1789, um ideal de liberdade, igualdade e fraternidade humanas, acima dos interesses de qualquer particular. Esse documento inspirou mais tarde a ONU a elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. O livro também traz um texto onde relata uma passagem contemporânea sobre populares que se manifestaram contra o governo inglês para reivindicar seus direitos e expõe uma imagem datada do ano de 2011 do bairro de Tottentham ao norte de Londres de um incêndio que atingiu alguns edifícios após a morte de um homem pela polícia. O livro faz o elo entre passado e presente rompendo com o paradigma que História estuda o passado pelo passado sem relação com os dias atuais. Nesse sentido, a consciência histórica se torna necessária no ensino de História, pois é a forma em que o estudante vai estudar o passado para compreender o presente e perspectivar o futuro e para isso Jörn Rüsen (1993) defende que a história deve ser apreendida a partir de uma experiência cultural que coloca objetivos orientativos à disposição do aluno, dessa forma, não necessitava necessariamente ser um episódio ocorrido lá na Inglaterra, mas algo mais próximo do contexto desse aluno, como por exemplo, as inúmeras manifestações populares que fervilhavam e ainda fervilham devido a deposição de um governo legítimo e a atuação do atual governo com a retirada de alguns direitos conquistados pelo povo brasileiro através de muitas lutas, como a concessão dos direitos trabalhistas com a criação da CLT durante a era Vargas.

Para Jörn Rüsen o indivíduo deve compreender a História a partir das suas experiências no presente, ou seja:

(...) a consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o presente e antecipar o futuro (RÜSEN, 2010, p. 36).

A partir da citação de Rüsen constatamos que a autora Patrícia Braick do livro *Estudar História* faz uso da consciência histórica na formação dos estudantes, na medida em que relaciona a Revolução Francesa (1789) com a manifestação no bairro inglês (2011), já que ter consciência histórica não é apenas ter o conhecimento do passado, mas transformar a relação de passado e presente como estrutura para vida prática.

Ao analisar o livro *Projeto Araribá* organizado pela editora Moderna, a Revolução Francesa é apresentada de forma temática sob título de “Revoluções na América e na Europa” juntamente com a Independência dos EUA. Os conteúdos são apresentados, assim como os demais livros analisados de forma similar e enfatiza assim como o livro *Estudar História* o pensamento iluminista em três páginas por meio de textos, ilustrações e um quadro contendo os principais pensadores iluministas.

O manual didático também traz duas páginas de destaque e contextualiza a herança deixada pela Revolução Francesa aos dias atuais através do título “A Revolução Francesa hoje”. A partir dos preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, os organizadores dessa obra abordam acontecimentos contemporâneos que se inspiraram nos mesmos ideais revolucionários franceses como por exemplo, a luta pela igualdade das minorias, ao direito a vida, a autonomia e liberdade de expressão. Assim como o livro *Estudar História* de Patrícia Braick, o livro *Projeto Araribá* também investe na formação de uma consciência histórica para seus leitores e guia-os a não enxergar a história apenas como passado dado e pronto e sim como compreensão dos fatos presentes.

No decorrer do livro me deparei com uma singularidade não vista em outros livros, os autores do *Projeto Araribá* dedicaram cinco páginas para apresentar a vida cotidiana francesa e de como a população vivia no século XVIII ao descrever as grandes cidades, as moradias populares em extrema miséria onde alguns habitantes ou pagavam aluguel ou moravam em um pequeno cômodo cedido pelo senhor. Os autores pontuam também como era o interior dessas habitações, as condições vividas por esses populares bem como o tipo de alimentação e fazem um contraponto com o estilo de vida da nobreza. Por fim, aborda a História da infância ao relatar a visão de infância pobre de uma criança no século XVIII através de um texto de Daniel Roche “o povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII” onde o autor retrata a dura realidade vivida pelas crianças pobres da França ao trazer o dado quantitativo que antes de 1790 mais de cinco mil viviam abandonadas em Paris. A abordagem exposta sobre infância nesse material se diferencia dos demais livros analisados, primeiro porque desmascara o conceito de amor materno tão anacrônico nos livros didáticos contemporâneos, mas inexistentes na França do século XVIII, e, segundo por abordar a história de minorias o que foge da estrutura didática tradicional.

O livro de Oldimar Pontes Cardoso “*História Hoje*” tem o diferencial dos demais ao abordar a Revolução Francesa para a 6ª série (7º ano). A sequência didática se repete como os demais livros analisados: Os três estados, Assembleia Nacional Constituinte, a queda da Bastilha, a proclamação da República, Convenção Nacional, o período do terror e o golpe Termidor. A obra trabalha com a análise de imagens que são reproduções de fontes primárias, vocabulário e conceitos de algumas palavras. Também utiliza o cinema como método para o ensino de História ao sugerir os estudantes assistirem determinado trecho do filme para compreensão ou

desconstrução de determinados fatos históricos. O autor, em um trecho intitulado “relações”, aborda uma questão surgida em 2003 sobre permitir ou não que estudantes fossem à escola pública utilizando qualquer sinal religioso ostensivo como véus pelas estudantes muçulmanas, solidéu ou crucifixo. Uma comissão de laicidade formada por deputados se manifestou contra a permissão do uso de sinais religiosos e obtiveram a aprovação com 88% dos votos, ou seja, foi garantido a laicização do estado, fato este conquistado pelo estado francês durante a terceira República entre os anos de 1971 a 1940 e herdado pela Revolução Francesa em proteger a escola pública das querelas da fé. Este trecho demonstra mais um incentivo para o professor relacionar fatos presentes com passados formando assim uma consciência histórica nos estudantes. Cardoso também enfatiza a participação feminina na Revolução Francesa ao utilizar assim como Boulos, a imagem que retrata a marcha de mulheres ao palácio de Versalhes e a imagem de Olympe de Gouges, uma revolucionária que lutou na revolução principalmente pela emancipação da mulher e que redigiu dois anos mais tarde a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, a declaração dos direitos da mulher e da cidadã sendo guilhotinada em 1793. Mais uma vez a participação feminina é representada na historiografia didática o que desconstrói o estereótipo de que a historiografia didática representa apenas os sujeitos históricos do sexo masculino. De acordo com Circe Bittencourt:

(...) o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT,2010, p 72)

Concordando com o pensamento de Bittencourt, a historiografia didática ainda está marcada por representar majoritariamente a história de grupos dominantes, no entanto o professor André Mendes Salles (2011) contrapõe ao afirmar que, renovação historiográfica surgida a partir da escola dos Anales alargaram as temáticas e enriqueceram o conceito de fontes históricas. Segundo salles:

Ademais, originais temáticas de pesquisa foram introduzidas na produção histórica. Assim, novas fontes também passaram a ser utilizadas na tentativa de se compreender essa renovada maneira de se produzir conhecimentos históricos. Com isso, por exemplo, o livro didático, antes compreendido como um simples manual escolar tornou-se objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional, embora em algumas obras recentes sobre fontes e pesquisas históricas, de considerável circulação no meio acadêmico, sequer mencionem esse artefato como objeto de estudo. (SALLES, 2011, p 07)

Essa premissa reafirma que os historiadores e professores de história ao produzirem material didático, nos dias atuais, oferecem aos seus leitores, uma visão diferente e mais abrangente do ensino de História com possibilidades de novas práticas de leituras e releituras e novos campos para pesquisa.

Conclusões finais:

O objetivo dessa atividade é reafirmar que o livro didático contemporâneo é uma relevante fonte de pesquisa e provedor de variados recortes históricos. Essa pesquisa não só demonstrou as diferentes visões de história dos autores, mas comprovou que os conteúdos expostos poderão auxiliar os discentes a construir novos olhares e desconstruir preconceitos acerca desse material impresso.

Esta pesquisa foi construída após participar de alguns eventos e ouvir relatos de pessoas até mesmo ligadas ao meio educacional que os livros didáticos são limitados, todos iguais. Então, escrevo sobre essa demonização que o livro didático ainda sofre muitas vezes sem o conhecimento da forma de produção, é o que chamo de demonização cultural, uma visão previamente construída a partir de uma tradição escolar que afirma que a historiografia didática limita o docente ou por se tratar de um livro descartável e conseqüentemente renovável, apesar do surgimento de algumas temáticas novas, a estrutura de conteúdos se mantém. Como mencionado por André Mendes Salles, “o primo pobre da literatura”- o livro didático, ainda hoje, se constitui elemento essencial para a investigação científica no âmbito do ensino de História.

FONTES:

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá 8º ano**. São Paulo: Moderna, 2007

BOULOS Júnior, Alfredo. **História, sociedade e cidadania 8º ano**. 2º ed. São Paulo: FTD, 2009.

BRAICK. Patrícia ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital 8ºano**. 1ºed. São Paulo: Moderna, 2011.

CARDOSO. Oldimar Pontes. **História hoje- 6ª série**. 1º edição. São Paulo: Ática, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, I. MARTINS, E. R., SCHMIDT, M. A. (orgs). **Jorn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BERENBLUM, Andrea. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília. Ministério da Educação, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber Histórico na sala de aula**. 11ºed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARAND-FOUQUET, Cathérine. **A mulher no tempo da Revolução**. Trad Maria Mello, Mem Martins/Portugal: Editorial Inquérito, (s.d)

MORIM, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. 12ºed. Campinas/SP: Papyrus, 2011.

SCHMIDT, CAINELLI. Maria Auxiliadora, Marlene. **Ensinar História**. 2º ed. São Paulo: editora Scipione, 2009.

SALLES. André Mendes. **O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional**. Revista de pós-graduação em História, UPF, vol 10, nº 1, p1 - 16, 2011.